



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

ESTUDOS PRELIMINARES

Setor Requisitante: 2ª/GRA/USA Objeto trata-se de:

(X) Serviço continuado COM dedicação exclusiva de mão de obra –
Vigilância armada no âmbito da 2ª SR da no estado a Bahia.

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação, de forma contínua, dos serviços de vigilância armada e segurança patrimonial, nas dependências e instalações no âmbito da 2ª Superintendência Regional da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF, no Estado da Bahia.

2. BASE LEGAL

2.1. Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

2.2. Instrução Normativa nº 5 de 26 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Dispõe sobre regras e diretriz para do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta ou obras pela Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional.

2.3. Decreto Nº 9.507/2018, Este Decreto dispõe sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

2.4. Portaria nº 3.233/2012, - DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012, Dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada”, pelo Departamento de Polícia Federal.

2.5. Caderno Técnico da Bahia - Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - Estudo sobre a composição dos custos dos valores limites serviços de vigilância para o Distrito Federal 2018.

2.6. Lei 10.520/2002, Institui no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.

2.7. Decreto 10.024/2019, regulamenta o pregão, na forma eletrônica, para aquisição de bens e contratação de serviços comuns, e dá outras providências.

2.8. Convenção Coletiva de Trabalho 2021/2023, SINDESPA-BA registro no MTE: BA000279/2022.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

2.9. Os serviços referenciados, dadas as suas características, enquadram-se no conceito de serviços comuns, conforme definido no art.3º, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019 e do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A contratação, de forma continuada, dos serviços de vigilância armada e desarmada diurna e noturna visa garantir a segurança das instalações da 2º superintendência Regional da CODEVASF e assegurar a integridade física dos servidores e dos que eventualmente transitam nas respectivas instalações, não permitindo a depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio, decorrente da ação de terceiros ou de pessoas da própria instituição.

3.2. As atividades desenvolvidas na 2º Superintendência Regional da CODEVASF.

3.3. Primordial citar ainda que a CODEVASF não dispõe de profissionais da categoria de vigilância em seu quadro de pessoal, e considerando o dever da administração de zelar pelo patrimônio público, a presente contratação visa atender às necessidades dos serviços de vigilância armada, diurna e noturna, de forma a garantir a segurança das instalações internas e externas da área abrangida pela 2º superintendência Regional da CODEVASF.

3.4. O atual contrato dos serviços de vigilância expira a vigência no dia 01/06/2022 atingindo os 60 (sessenta) meses previstos na legislação.

3.5. A contratação da execução, indireta, das atividades de vigilância, objeto desta demanda, tem suporte no § 1º, art. 1º do Decreto nº 9.507/2018, e art. 7º da Instrução Normativa nº 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

4. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE, SE HOUVER

4.1. Plano Anual de Aquisições e Contratações CODEVASF para o exercício de 2022.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. A execução dos serviços a serem contratados deverá ser de forma ininterrupta, diurna e noturna, e 7 (sete) dias por semana.

5.2. Os serviços a serem contratados deverão ser executados por profissionais qualificados nos termos da Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983.

5.3. A adjudicatária da licitação deverá demonstrar que cumpre as normas dispostas na Portaria nº 3.233/2012-DG/DPF, de 10 de dezembro de 2012.

5.4. O licitante deverá comprovar, por meio de atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que tenha executado contrato de serviços continuados em quantidades compatíveis com a necessidade, nos termos definidos no item 10, do Anexo VII-A, da IN SEGES/MPDG Nº 05/2017.

5.5. Deverá apresentar os documentos de habilitação, regularidade fiscal e trabalhista e qualificação econômico-financeira.

5.6. Os requisitos técnicos para a execução do objeto a ser contratado são os especificados neste Termo de Referência, ajustados no que couber ao



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

modelo atual disponibilizado pela Advocacia Geral da União, conforme orienta a IN SEGES/MP nº 5/2017.

6. SERVIÇO DE NATUREZA CONTINUADA:

6.1. O objeto a ser contratado enquadra-se na categoria de serviços comuns, de que trata a lei 10.520/2002 e do Decreto nº 10.024/2019, por possuir padrões de desempenho e características gerais e específicas usualmente encontradas no mercado.

6.2. A prestação do serviço é classificada como de natureza continuada, conforme art. 15 da IN SEGES/MPDG nº 5/2017. A interrupção da sua execução contratual pode comprometer a prestação do serviço público e o cumprimento da missão institucional da CODEVASF, sendo necessário, portanto, que a contratação se estenda por mais de um exercício financeiro e continuamente. A CODEVASF não dispõe de servidores para o atendimento desses serviços, visto que não existem esses cargos no quadro de pessoal. Assim, para o preenchimento da lacuna e atendimento da demanda instalada, torna-se necessária a terceirização dos serviços de segurança e vigilância.

6.3. Por fim, os serviços de vigilância, quando contratados de forma continuada, revelam-se menos onerosos para a Administração, haja vista a possibilidade de a empresa contratada diluir o custo na prestação dos serviços em uma quantidade maior de meses, o que minimiza o custo mensal do contrato.

7. CRITÉRIOS AMBIENTAIS ADOTADOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE:

7.1. Os serviços serão executados prevendo as boas práticas de sustentabilidade encontradas no sítio do Ministério do Meio Ambiente e será parte das obrigações previstas para a contratada.

7.2. Sem prejuízo da legislação e das normas vigentes que amparam as contratações de serviços pela Administração Pública, adiciona-se que:

7.3. A contratada deverá obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego;

7.4. A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta da Instrução Normativa nº 1/2010 - Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

7.5. A contratada deverá elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;

7.6. Na definição das rotinas de execução das atividades para contratação dos serviços terceirizados deverá ser previsto e estimado período adequado, para a orientação e ambientação dos trabalhadores às políticas de responsabilidade socioambiental adotadas, durante toda a vigência do contrato;

7.7. Deve ser incluída nas obrigações da contratada a exigência de comprovação, antes da efetivação da contratação, das seguintes condições:



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

- a) Não possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da Portaria nº 540/2004;
- b) Não ter sido condenada, a contratada ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos 29 e 105;
- c) Deve constar como obrigação da contratada a manutenção dessas condições, o que poderá ser verificado constantemente durante toda a vigência do contrato, sob pena de rescisão contratual.

8. DURAÇÃO DO CONTRATO:

8.1. A prestação dos serviços é de natureza continuada e nos termos do art. 71 da Lei 13.303/2016 a duração dos contratos não excederá a 05 (cinco) anos, contados a partir de sua celebração.

8.1.1. A previsão da possibilidade de prorrogação contratual se justifica em razão de o objeto se enquadrar como serviço de natureza contínua, tendo em vista que compreende a prestação de serviços necessários à CODEVASF para o desempenho de suas atribuições.

8.1.2. A interrupção de tais serviços comprometerá as atividades desenvolvidas e o próprio funcionamento da instituição.

8.2. Não há a necessidade de transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas do Contrato em vigência.

8.3. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço, dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), com disponibilização de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, é o seguinte:

8.3.1. Vigilante: CBO 5173-30, armados, trabalhando em escala 12x36 - 7 postos 12 horas diurnas e 7 postos 12 horas noturnas 12x36.

8.4. O Licitante deverá declarar que tem pleno conhecimento das condições necessárias para prestação do serviço.

9. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO /SERVIÇO A CONTRATAR

9.1. A melhor solução encontrada para atendimento da demanda é a contratação de empresa para a prestação dos serviços de vigilância armada é por posto de trabalho.

9.2. Devido à natureza dos serviços a serem executados, esta modalidade de contratação se justifica à medida que não se pode definir critérios de produtividade objetivos, de maneira a estabelecer uma contratação por resultados.

9.3. Verificou-se que a solução apresentada é a única exequível, além de ser economicamente viável, mostrando-se a opção mais adequada e vantajosa à instituição.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

9.4. O serviço a ser contratado não possui características especiais que limitem a competição no certame licitatório. A solução é padronizada no ramo de fornecimento deste tipo serviço para o setor público.

9.5. A CODEVASF conta também com catracas, com o objetivo de reforçar a segurança das pessoas e do patrimônio público.

10. ESTIMATIVAS DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS

10.1. O custo estimado é R\$ 3.497.748,88 (três milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, setecentos e quarenta e oito reais e oitenta e oito centavos).

10.2. O valor máximo foi obtido em pesquisa de mercado para a composição dos preços unitários foi utilizado o preço médio gerado a partir de três cotações de empresas com preços coletados de empresas na internet, pois o valor da média é o mais compatível com os preços praticados atualmente no mercado. Devido à instabilidade no sítio do Painel de Preços (<https://paineldepregos.planejamento.gov.br/>), não foi possível realizar a consulta dos valores dos materiais nesse sítio. Essa pesquisa de preços foi realizada durante o mês de março, de acordo com o prazo de estabelecido no Art. 5º, IV da IN nº65/ 2021.

10.3. A tabela abaixo descreve o quadro resumo do valor estimado.

| CATSER | Item | TipodeServiço | Qtde.dePotos | Qtde.deempregados noposto | Valorporprega do | Valorporposto(M ENSAL) | Valorporposto(A NUAL) |
|--------|--------------|-------------------------------------|-------------------------------|------------------------------|---------------------|---------------------------|--------------------------|
| 24015 | I | Vigilante armado-diurno-12x36h | 7 | 2 | R\$ 5.505,40 | R\$ 77.075,64 | R\$ 924.907,66 |
| 24015 | II | Vigilante armado- noturno-12x36h | 7 | 2 | R\$ 6.881,27 | R\$ 96.337,80 | R\$ 1.156.053,57 |
| 24015 | III | Vigilante motorizado diurno-12x36h | 4 | 2 | R\$ 6.572,53 | R\$ 52.580,24 | R\$ 630.962,89 |
| 24015 | IV | Vigilante motorizado noturno-12x36h | 4 | 2 | R\$ 8.185,67 | R\$ 65.485,40 | R\$ 785.824,76 |
| | TOTAL | | | | - | - | |
| | | | VALORMENSALDOSSERVIÇOS | | | R\$ 291.479,07 | - |
| | | | VALORGLOBALDOSSERVIÇOS | | | | R\$ 3.497.748,88 |

11. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO / SERVIÇO COMO UM TODO

11.1. O serviço a ser contratado não possui características especiais que limitem a competição no certame licitatório. A solução é padronizada no ramo de fornecimento deste tipo serviço para o setor público.

11.2. A prestação dos serviços de vigilância segue o que determina o artigo VI da IN nº 05/2017, bem como em seu Anexo VI, e o Código Brasileiro de Ocupações do Ministério do Trabalho e Emprego - CBO - nº 5173-30 (vigilante). Estes dispositivos envolvem a alocação de mão de obra capacitada por meio dos postos fixados pela CODEVASF.

11.3. Os profissionais devem apresentar os seguintes atributos:

11.3.1. Demonstrar atenção, autocontrole, ser proativo, demonstrar iniciativa e capacidade de contornar situações adversas;

11.3.2. Deverão ser contratados profissionais capacitados em cursos de formação, devidamente registrados na Polícia Federal, e que atendam aos termos da Lei nº 7.102/83, e suas alterações.

11.4. Os serviços serão realizados por 44 (quarenta e quatro) vigilantes divididos em 11 (onze) postos cada um com 04 (quatro) vigilantes. Dos 11 (onze) postos, 07 (sete) postos serão fixos e 04 (quatro) postos serão de



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

vigilância móvel, realizada por motocicleta, distribuídos nas seguintes escalas e horários de trabalho:

- a) Vigilância e segurança patrimonial armada 12 (doze) horas diurnas, das 07:00 às 19:00 horas, de segunda a domingo, inclusive feriados, envolvendo 04 (quatro) vigilantes em turnos de 12x36 horas;
- b) Vigilância e segurança patrimonial armada 12 (doze) horas noturnas, das 19:00 às 07:00 horas, de segunda a domingo, inclusive feriados, envolvendo 04 (quatro) vigilantes em turnos de 12x36 horas.;
- c) Vigilância e segurança patrimonial armada móvel 12 (doze) horas diurnas, das 07:00 às 19:00 horas, de segunda a domingo, inclusive feriados, envolvendo 04 (quatro) vigilantes em turnos de 12x36 horas;
- d) Vigilância e segurança patrimonial armada móvel 12 (doze) horas noturnas, das 07:00 às 19:00 horas, de segunda a domingo, inclusive feriados, envolvendo 04 (quatro) vigilantes em turnos de 12x36 horas;

12. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO / SERVIÇO, QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO

12.1. Por se tratar de serviços contínuos de vigilância armada, não é viável para a gestão e fiscalização do contrato o parcelamento do objeto.

13. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS OU FINANCEIROS DISPONÍVEIS

13.1. Estima-se com esta nova contratação uma continuidade da qualidade dos serviços prestados ao público interno e externo, sobretudo visando garantir a segurança das instalações da sede da CODEVASF e assegurar a integridade física dos servidores e dos que eventualmente transitam nas respectivas instalações, não permitindo a depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio, decorrente da ação de terceiros ou de pessoas da própria instituição.

14. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO, SE HOVER

14.1. A CODEVASF encontra-se adequada à prestação dos serviços de segurança e vigilância, necessitando apenas dos profissionais para exercerem as atribuições inerentes às categorias que se pretende na contratação. Será necessária a designação de servidor capacitado para acompanhar a gestão contratual.

15. CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA

15.1. As despesas correrão à conta dos seguintes Programas de Trabalho

15.1.1. Programa de Trabalho nº 04.122.0032.2000.0001 - Administração da Unidade - PO 0002;

15.1.2. Programa de Trabalho nº 20.607.2217.5314.0029 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixo de Irecê de 16.615 há no Estado da Bahia;

15.1.3. Programa de Trabalho nº 20.608.2217.2819.0029 – Funcionamento de Estações e Centros de Pesquisa em Aquicultura - No Estado da Bahia;



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

15.1.4. Programa de Trabalho nº 20.607.2217.21DK.0001 - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação -Nacional - PO 0002 - Mirorós/BA;

15.1.5. Programa de Trabalho nº 20.607.2217.21DK.0001 - Gestão de Projetos Públicos de Irrigação -Nacional - PO 0008 - Estreito/BA;

16. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

16.1. Considerou-se a contratação atual (Contrato nº 2.096.00/2017) celebrado entre a CODEVASF e a TOPSEG - Segurança Patrimonial LTDA – Vigilância e Segurança LTDA, empresa que presta o serviço atualmente, tendo o contrato transcorrido o tempo de 60 (sessenta) meses de execução. No entanto, com base na necessidade de melhoria foi adicionado um posto em no Distrito de Irrigação de Estreito e foi suprimido o posto de Santa Maria da Vitória

17. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

17.1. Declara-se, com base no estudo realizado, que a contratação pleiteada é viável, necessária e adequada à CODEVASF.

HELIO DE SOUSA CARVALHO
ANALISTA EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL -
2ª/GRA/USA